

# Sumário

Número de notícias: 23 | Número de veículos: 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Imposto passa a incidir sobre operações que eram isentas ..... 3

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

IR: Estados e municípios vão perder R\$ 4,5 bilhões ..... 4

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Ressarcimento de descontos virá até fim do ano ..... 5

O ESTADO DE S. PAULO - JORNAL DO CARRO  
SEGURIDADE SOCIAL

Especialistas listam ações para reduzir acidentes com motos ..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Meta pede para STF rejeitar pedidos da AGU ..... 8

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

MPF diz que INSS sabe quem são os lesados ..... 10

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

TCU pede explicações sobre fraude ..... 11

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

STF muda julgamento da revisão da vida toda do INSS e aposentados podem ter nova derrota ..... 12

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL  
SEGURIDADE SOCIAL

Embates entre ministros e parlamentares expõem tensão no Congresso; relembre episódios ..... 14

PORTAL UOL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Salário mínimo 2025 teve reajuste de mais de 7%; confira o novo valor ..... 16

PORTAL UOL  
SEGURIDADE SOCIAL

STF muda julgamento da revisão da vida toda do INSS e aposentados podem ter nova derrota (Previdência) ..... 17

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Sindicato ligado a irmão de Lula será investigado ..... 19

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA  
CONGRESSO EM FOCO

Vinte projetos tentam barrar alta do IOF ..... 20

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: Deus está nos detalhes (Artigo) .....	21
FOLHA ONLINE - SP - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma tributária: dúvidas e certezas .....	23
O LIBERAL - BELÉM - PA - CIDADES TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Tratamento da condição será disponibilizado na rede pública .....	25
O LIBERAL - BELÉM - PA - CIDADES SEGURIDADE SOCIAL	
Viver não é aprender? - ELIANE CANTANHÊDE .....	26
O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Presidente da Fiesp se opõe a aumento de imposto .....	27
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Despesa cresce e IOF maior não é solução - LU AIKO OTTA .....	28
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Cenário global não é tão pessimista e ajuda PIB do Brasil, afirma PicPay .....	30
CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - MAIS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Indústria cobra segurança jurídica .....	31
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS ECONOMIA	
Ibovespa volta a superar marca recorde .....	32
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA POLÍTICA	
Plantio da esquerda para as safras de 2026 e 2030 - FERNANDO EXMAN .....	33

# Imposto passa a incidir sobre operações que eram isentas

**LUIZ GUILHERME GERBELLI**

Além de elevar as alíquotas de linhas de crédito sobre as quais já incidia o IOF, o governo passou a aplicar o tributo também em operações até então isentas.

A **Receita Federal**, por exemplo, agora dará o mesmo tratamento do crédito regular ao crédito concedido por meio do chamado risco sacado - que é uma operação feita por grandes varejistas a seus fornecedores, e que não recolhia IOF.

Essas operações ocorrem quando um fornecedor não quer esperar o prazo de 30 dias para receber os recursos da venda feita à varejista. Uma instituição financeira compra aquele recebível e antecipa o dinheiro para o fornecedor. No fim, a varejista, em vez de pagar ao fornecedor, paga ao banco. "Essa é uma operação que tradicionalmente não é sujeita ao IOF, porque não é uma operação de crédito em si. É, simplesmente, a compra de um recebível.

Não tem a concessão de um crédito para ninguém", diz Vinicius Pimenta Seixas, sócio do escritório Pinheiro Neto (mais informações em quadro nesta página).

O governo também mudou as alíquotas para as operações de câmbio tanto para pessoas físicas quanto jurídicas. As empresas que tomam empréstimos de curto prazo no exterior, de até 365 dias, passarão a recolher 3,5% de IOF - essas operações estavam isentas desde 2023. Os empréstimos de mais longo prazo lá fora seguem livres do tributo.

As operações não especificadas de câmbio, como a transferência por pessoas físicas a parentes no exterior, também custarão mais: o IOF subirá de 0,38% para 3,5%. Já operações inversas, de remessas de pessoas físicas no exterior para parentes no Brasil, pagarão menos, 0,38%.

A equipe econômica chegou a anunciar a alta do tributo sobre fundos no exterior, mas voltou atrás por causa da repercussão negativa da medida.

"A mudança no IOF no câmbio impacta muitas empresas que têm relações transcontinentais.

Ou seja, que lidam no seu dia a dia com a remessa de recursos do Brasil para fora ou que recebem recursos de fora do País", diz Seixas. "Um impacto que podemos considerar é o encarecimento de algumas operações." INCERTEZA. A mudança no IOF também abriu mais um campo de incerteza na economia brasileira. Segundo economistas, as mudanças nas regras de tributação fazem com que os empresários se sintam menos encorajados a investir.

"Incerteza atrapalha as decisões dos agentes econômicos de uma maneira relevante", diz Felipe Salles, economista-chefe do C6 Bank. "Imagine que um pequeno empresário esteja pensando em aumentar a capacidade produtiva, fazer mais investimentos.

Mas, se o IOF sobre crédito é alterado, ele não sabe quanto vai ser amanhã ou quanto vai deixar de ser, isso dificulta a decisão." Por fim, houve ainda uma alteração na tributação dos fundos de previdência Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL). Os depósitos que superarem R\$ 50 mil mensais pagarão 5% de IOF.

Nesse caso, a equipe econômica justificou a medida com a informação de que a Receita identificou que investidores de alta renda estavam migrando de fundos exclusivos para fundos VGBL para pagar menos **impostos**.

Nos fundos exclusivos, há tributação de Imposto de Renda.

Nos fundos de previdência VGBL, só há pagamento de 10% no saque, se feito no longo prazo.

Além da alta do IOF, o governo anunciou também o congelamento de R\$ 31,3 bilhões em despesas do Orçamento. |

**Site:** [digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo](https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo)

# IR: Estados e municípios vão perder R\$ 4,5 bilhões

O Ministério da Fazenda estima um impacto de R\$ 4,5 bilhões na arrecadação de estados e municípios com o projeto que isenta o pagamento de Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil por mês. Os cálculos foram apresentados pelo secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, à comissão da Câmara dos Deputados que analisa a proposta de isenção do IR.

Os municípios perderiam R\$ 3,01 bilhões, e os estados, R\$ 1,54 bilhão.

Segundo o secretário, apesar do impacto a isenção do IR deve impulsionar gastos na economia, e conseqüentemente a arrecadação de estados e municípios:

- Quando alguém que ganha R\$ 5 mil deixa de pagar qualquer imposto, esse valor volta para a economia imediatamente, na compra de bens e serviços, o que se reflete em ISS e ICMS, e vai se refletir em IVA e IPS, diretamente para os cofres estaduais e municipais.

O projeto que isenta de IR quem ganha até R\$ 5 mil por mês foi apresentado pelo governo no início deste ano. A medida, porém, precisa passar pelo Congresso e só entrará em vigor em 2026.

A isenção até R\$ 5 mil acaba beneficiando indiretamente faixas de renda um pouco acima disso, até cerca de R\$ 7 mil, com alívio para 10 milhões de contribuintes.

Hoje, a faixa de isenção vai até R\$ 2.259,20. Mas há um desconto automático de R\$ 564,80, de modo a garantir que fique isento quem ganha até R\$ 2.824 (valor que era equivalente a dois salários mínimos no ano passado). Acima desse valor, há quatro faixas de tributação, que vão de 7,5% a 27,5%. (Bernardo Lima)

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Ressarcimento de descontos virá até fim do ano

O presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), Gilberto Waller Júnior, disse que todos os beneficiários da autarquia que foram lesados com descontos irregulares serão ressarcidos até o dia 31 de dezembro de 2025.

O governo federal ainda não sabe quanto o ressarcimento irá custar aos cofres públicos. Ao jornal O Globo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que a conta não passará de R\$ 2 bilhões.

Caso os cofres públicos precisem arcar com o ressarcimento ao beneficiário, o **INSS** entrará com uma ação regressiva para obter os valores das associações fraudulentas.

A fala foi feita em reunião do Conselho Nacional da **Previdência Social** (CNPS), realizada ontem sem representantes das associações de aposentados citadas na investigação da Polícia Federal.

Elas foram afastadas preventivamente pelo ministro da Previdência, Wolney Queiroz.

"Tivemos a iniciativa de solicitar que investigadas fizessem o afastamento provisório, sem violar a presunção de inocência. Apenas repetimos o que foi feito pelo próprio ex-ministro Carlos Lupi, que mesmo sem ser citado em nada optou por esse afastamento", justificou Queiroz.

Em um primeiro momento, as centrais se queixaram da decisão, mas hoje, na reunião do CNPS, creditaram a reação a uma falha de comunicação.

"Não temos como retirar nota, foi forma de se expressar indignação com informação que veio atravessada. Faltou boa vontade, até das centrais, de irem atrás da informação, da decisão que estava sendo tomada pelo ministro", disse o representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Rolando Medeiros.

Os conselheiros afastados serão substituídos por indicados pelas centrais sindicais (Da Folhapress).

Site: [https://acervo.maven.com.br/temp\\_site/issue-44ba0b0305bdd5dc2c839da46a4aa11a.pdf](https://acervo.maven.com.br/temp_site/issue-44ba0b0305bdd5dc2c839da46a4aa11a.pdf)

# Especialistas listam ações para reduzir acidentes com motos

Os números não mentem e, pior, assustam. O Brasil vive uma epidemia de acidentes e mortes de motociclistas. Os dados mais atuais do Ministério da Saúde revelam que, dos 34.881 óbitos no trânsito brasileiro ocorridos em 2023, 13.477 eram motociclistas. Esse total representa 38,6% das mortes em sinistros de trânsito e também crescimento de 11,7% em comparação ao ano anterior.

Essa triste estatística se repete em quase todos os Estados e cidades brasileiras. Em São Paulo, onde os dados de 2024 já estão disponíveis, as mortes de motociclistas cresceram 16% em 2024, somando 2.626 óbitos - o que corresponde a 43% do total no trânsito paulista.

Isso sem falar no custo social e financeiro dos acidentados que impacta o SUS e a **Previdência Social**. Até novembro de 2024, 148.797 motociclistas foram internados no SUS em decorrência de sinistros de trânsito. Há dez anos, esse número foi de 95.373. Além de deixar jovens com sequelas e improdutivos economicamente, os custos financeiros são enormes. Entre janeiro e novembro de 2024, as internações de motociclistas no SUS consumiram R\$ 233,3 milhões, calcula estudo da Abramet (Associação Brasileira de Medicina do Tráfego).

Mas o que pode ser feito para reverter essa situação? "A redução dos sinistros passa necessariamente pela mudança do comportamento do motociclista", diz Sérgio Oliveira, diretor executivo da Abraciclo, associação dos fabricantes de motocicletas. "Isso só é possível por meio da evolução na formação do condutor, de uma fiscalização mais rigorosa e da evolução do sistema viário nacional." Órgãos de trânsito, médicos e especialistas também acreditam ser preciso uma abordagem multidisciplinar e em diversas frentes. Para contribuir com este debate, elaboramos uma pequena lista que pode ajudar nessa luta.

**1 FORMAÇÃO.** Atualmente, as aulas de condução, a prática e até mesmo o exame para tirar a CNH para motos ocorrem em locais fechados. O motociclista iniciante tira a CNH sem ter pilotado no trânsito real. "A formação de condutores de moto deve ser multifacetada e envolver não apenas a ha-

bilitação técnica, mas também a educação

comportamental", diz o diretor da Abramet, José Montal. As fabricantes afirmam que participam ativamente das Câmaras Temáticas de Segurança do Conselho Nacional de Trânsito e dizem contribuir para a evolução no processo de formação do condutor.

**2 FISCALIZAÇÃO.** O respeito às regras de trânsito é essencial. As multas têm por objetivo primordial induzir a comportamentos mais seguros, informa a CET-SP. De acordo com a companhia, a fiscalização na capital paulista é feita diariamente por meio de agentes e equipamentos eletrônicos. As infrações mais comuns são o excesso de velocidade, atravessar o sinal vermelho e ultrapassar na contramão.

**3 CONSCIENTIZAÇÃO.** Por e-

mail, o Detran-SP afirma que "trabalha para aumentar a segurança viária por meio da conscientização, ações de fiscalização e criação de políticas públicas". Como exemplo, cita campanhas educativas volta-

das aos públicos mais vulneráveis do trânsito que impacta-ram 125 mil pessoas em mais de 100 municípios paulistas no primeiro trimestre deste ano.

As fabricantes destacam as várias ações de conscientização de motociclistas. Como os Pit Stops educativos realizados no Maio Amarelo e na Semana Nacional de Trânsito, com milhares de atendimentos em várias cidades.

**4 MANUTENÇÃO.** Embora dados do Observatório Nacional de Segurança Viária revelem que apenas 5% dos acidentes de trânsito têm causas em falhas ou problemas nos veículos, a correta manutenção da moto também pode contribuir para reduzir os sinistros nas ruas. Segundo dados da Abraciclo, coletados entre 2008 e 2019, cerca de 30% das motocicletas apresentaram problemas nos freios. Em seguida, vinham luzes, relação, amortecedores e pneus.

"Quando o motociclista mantém o veículo em dia, ele minimiza o risco de falhas inesperadas", afirma Antonio Grigonis,

gerente de uma concessionária Honda no Paraná. Para Grigo-nis, manutenção não é gasto, é investimento em segurança.

**5 TREINAMENTO.** De acordo com o "Estudo Sobre Hábitos e Comportamentos dos Motociclistas no Brasil", realizado pela Fundação Map-fre, em parceria com o Instituto de Segurança no Trânsito, 68,8% dos 1,2 mil motociclistas entrevistados acreditam que cursos de pilotagem defensiva podem contribuir para melhorar a segurança viária.

Segundo a Abraciclo, "todas as nossas associadas realizam ações proativas de segurança viária e pilotagem segura com seus públicos, por meio de palestras, cursos, campanhas e ampla distribuição de materiais didáticos". Honda e Yama-ha mantêm cursos de pilotagem para frotistas e órgãos públicos, além de promover palestras em suas concessionárias.

**6 TECNOLOGIA.** "Atualmente, as motos têm diferentes sistemas que proporcionam maior segurança. O mais conhe-

cido é o sistema de freios ABS (Sistema antibloqueio de frenagem), cuja função primária é melhorar a dirigibilidade da moto em situações de frenagem de emergência em diferentes tipos de terrenos", explica o especialista de marketing do mercado de duas rodas da Bosch América Latina, Leandro Souza.

Segundo estudos feitos na Alemanha, o ABS em motos pode reduzir em cerca de 25% o número de acidentes com ferimentos. No Brasil, desde 2014, o Contrans tornou obrigatório o uso do ABS nas duas rodas para motos de 300 cilindradas ou mais e, em pelo menos uma das rodas, para motos com menos de 300 cilindradas. No caso das motos menores, as fabricantes podem optar ainda pelo sistema de frenagem combinada nas duas rodas (CBS -Combined Braking System). Como mais de 80% das motos vendidas no País têm até 160 cilindradas, a grande maioria sai de fábrica sem freios ABS.

As fabricantes, porém, têm investido em tecnologia. Atualmente, até mesmo scooters, como a Honda PCX 160 e a Yama-ha NMax 160, trazem, além do ABS na roda dianteira, sistema de controle de tração, que evita a derrapagem da roda traseira durante uma aceleração intensa sobre piso escorregadio.

**7 VIAS MAIS SEGURAS.** Outro ponto fundamental é a evolução do sistema viário nacional. Estudo da Mapfre mostrou que cerca de 80% dos motociclistas não consideram as vias seguras para a pilotagem de motos. Buracos, valetas, sinalização escorregadia, entre outros problemas, são verdadeiras armadilhas para eles.

Em São Paulo, a criação da Faixa Azul é um bom exemplo de como tornar as vias mais seguras. De acordo com a Prefeitura de São Paulo, o projeto já

resultou na redução do número de óbitos em 47,2%, passando de 36 em 2023 para 19 em 2024, nos 221,20 quilômetros de vias com a sinalização especial.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Meta pede para STF rejeitar pedidos da AGU

*Tiago Ângelo e Andréa Jubé De Brasília*

A Meta, empresa responsável pelo Instagram, Facebook, WhatsApp e Threads, pediu na terça-feira (27) que o Supremo Tribunal Federal (STF) rejeite solicitações feitas pela Advocacia-Geral da União (AGU) para que a Corte antecipe a responsabilização de plataformas digitais por conteúdos fraudulentos e puna o uso irregular de inteligência artificial.

Os pedidos da AGU foram feitos em 21 e 25 de maio. No primeiro, a instituição solicitou que a tese do Supremo sobre responsabilização de redes contemple também conteúdos ilícitos produzidos ou impulsionados por inteligência artificial.

No segundo, pediu que a Corte dê uma decisão liminar antecipando a punição de big techs por publicações fraudulentas.

Segundo a Meta, a AGU está tentando antecipar o resultado de um julgamento ainda não finalizado. "A medida cautelar não pode ser utilizada como sucedâneo da tese ainda pendente de fixação pelo Supremo, tampouco pode servir para impor à sociedade obrigações que decorrem de interpretação constitucional não pacificada e ainda objeto de divergência substancial entre os ministros", diz a Meta.

No pedido ao STF, a AGU diz que foram identificados 300 anúncios fraudulentos na biblioteca da Meta prometendo falsas indenizações do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) em razão de fraudes em descontos associativos.

Quanto ao uso de inteligência artificial, a AGU diz que a utilização de algoritmos para impulsionar ou recomendar conteúdos criou "riscos sistêmicos" de desinformação, manipulação e fraude nas redes sociais.

A instituição citou como exemplo um estudo que identificou um total de 1.770 anúncios fraudulentos, parte deles com uso de inteligência artificial e apropriação indevida de imagens de autoridades.

"O perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo está representado no fato de que, enquanto se aguarda o desfecho do presente julgamento, milhares de conteúdos fraudulentos são publicados

diariamente por meio dos provedores de aplicação da internet, sem que exista mecanismo hábil para efetivamente responsabilizar as plataformas quando beneficiárias nesse cenário", afirma a instituição.

De acordo com a Meta, no entanto, a União não comprovou a existência de parte dos anúncios fraudulentos, como os que tratam do **INSS**.

"Ainda que não haja qualquer demonstração a respeito da alegada existência de 300 anúncios fraudulentos envolvendo o **INSS** (...) fato é que as políticas da Meta já coíbem tal prática.", afirmou a empresa.

A disputa ocorre nas ações em que o STF discute a constitucionalidade do artigo 19 do Marco Civil da Internet. O dispositivo prevê que as plataformas digitais só podem ser punidas civilmente se descumprirem decisão judicial determinando a retirada de conteúdo.

Há, até o momento, três votos para ampliar as hipóteses de responsabilização das redes, mas o julgamento foi paralisado em dezembro por pedido de vista do ministro André Mendonça, devolvido na semana passada.

Os ministros discutem aplicar a sistemática do artigo 21 do Marco Civil da Internet, hoje restrito a conteúdos de nudez postados sem consentimento. Segundo o dispositivo, redes podem ser punidas se não excluírem publicações após notificação extrajudicial.

A discussão no STF ocorre em paralelo com negociações para retomar as tratativas para regulamentar plataformas por meio de um projeto de lei, travado no Legislativo.

Líderes da oposição pediram ao presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), que garanta a prerrogativa do Congresso de legislar sobre as redes sociais.

O líder da minoria, deputado Tenente-Coronel Zucco (PL-RS), disse que requereu a Motta a realização de um amplo debate no plenário da Casa nesta quinta-feira (29) sobre o tema com representantes das plataformas, como Instagram e Facebook.

Segundo Zucco, há uma preocupação em punir as

tentativas de golpes na internet, principalmente contra crianças, idosos e mulheres. Mas ele ressaltou que essa regulamentação não pode restringir a liberdade de expressão nas redes.

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188214?page=18&section=1>**

# MPF diz que INSS sabe quem são os lesados

A cúpula do Ministério Público Federal (MPF) considera desproporcional exigir que as vítimas que tiveram descontos indevidos em seus benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) promovam ações ativas para serem ressarcidas, mesmo diante de evidências claras da irregularidade.

Ao Estadão/Broadcast, procuradores que acompanham os desdobramentos da Operação Sem Desconto ainda destacaram a "responsabilidade solidária" da União pelas fraudes - o que implicaria o dever do governo de ressarcir os aposentados e pensionistas lesados por descontos indevidos.

As ponderações partiram dos procuradores Nicolau Dino, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, e Alexandre Camanho, da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF - a qual cuida de investigações de corrupção e improbidade administrativa. Ao cobrarem um "ressarcimento de forma mais proativa e não mediante provocação" do governo, eles lembram que no centro do inquérito está o crime de inserção de dados falsos em uma base de dados da Administração Pública Federal.

"Determinadas pessoas sofreram descontos involuntários, notificados e inseridos em um banco de dados do **INSS**. O **INSS** sabe precisamente quem são as pessoas

que foram lesadas. Então, seria completamente desproporcional que essas pessoas que foram lesadas à revelia de um ato de vontade agora precisem de um ato de vontade para se verem ressarcidas", afirmam.

A Procuradoria considera, por exemplo, que com a identificação das sete empresas de fachada sob investigação já há um "raio X de um grupo que precisa ser ressarcido de imediato". "Essas pessoas já são sabidamente lesadas. Elas não precisam comunicar o governo, porque na realidade o **INSS** já sabe que essas pessoas sofreram descontos indevidos. Não há necessidade de que essas pessoas requerem o seu ressarcimento", indicam os procuradores.

O MPF chegou a expedir uma recomendação para os ressarcimentos, no último dia 19. Entre outros pontos, o órgão sugeriu ao ministro da Previdência, Wolney Queiroz, que ocorra, em até 30 dias, o ressarcimento de pessoas presumivelmente vulneráveis, como os quilombolas, indígenas, aposentados por atividades rurais e pessoas que percebem até um salário mínimo de benefício. Nesse mesmo documento, divulgado no

dia 19, a Procuradoria discordou expressamente de os aposentados terem de questionar os descontos indevidos, via aplicativo. Após a recomendação, o Ministério da Previdência abriu a possibilidade de beneficiários questionarem, presencialmente, supostos casos de fraudes.

**Site:** [https://digital.maven.com.br/temp\\_site/issue-137911-2805202507%20-%20166bdffa87b9541803e4dc7878880760.pdf](https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-137911-2805202507%20-%20166bdffa87b9541803e4dc7878880760.pdf)

# TCU pede explicações sobre fraude

CASO DO **INSS** O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou medidas envolvendo o Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical (Sindnapi), que tem como vice-presidente o irmão do presidente Lula (PT), José Ferreira da Silva, conhecido como Frei Chico.

A Corte de Contas atendeu parcialmente a um pedido do partido Novo que solicitou a investigação da entidade no âmbito das fraudes do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

No despacho, o ministro Aroldo Cedraz, relator do caso, determinou a realização de oitivas tanto no **INSS** quanto no Sindnapi.

O magistrado deu o prazo de 15 dias para que as instituições respondam aos apontamentos e acusações feitas pelo partido Novo.

**Site:**

<https://impresso.correio24horas.com.br/launch.aspx?pubname=&pbid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642&error=1&debug=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

# STF muda julgamento da revisão da vida toda do INSS e aposentados podem ter nova derrota

**Cristiane Gercina**

O STF (Supremo Tribunal Federal) remarcou a data e mudou a forma de julgamento da revisão da vida toda do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social).

O caso estava na pauta da sessão presencial desta quarta-feira (28), a partir das 14h, mas foi adiado e será julgado no plenário virtual da Corte, entre 6 e 13 de junho.

A revisão da vida toda é uma ação judicial na qual os aposentados do **INSS** pedem para que sejam incluídas na conta da aposentadoria contribuições feitas em outras moedas, antes do Plano Real.

O caso chegou a ser aprovado no Supremo em 2022, em votação apertada -5 a 6-, mas a tese foi derrubada em março de 2024, por sete votos a quatro.

Para os ministros, não há a possibilidade de pedir essa revisão, baseada decisão tomada na reforma da Previdência do governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), em 1999, que alterou a forma de cálculo da aposentadoria e criou o fator previdenciário.

Os aposentados alegam que quem já estava no mercado de trabalho pagando contribuições à Previdência foi prejudicado com a aprovação de regra mais benéfica para novos segurados, que puderam usar 100% de suas contribuições no cálculo da aposentadoria e ganhar mais. Os mais antigos não podiam utilizar salários recebidos em outras moedas.

A mudança no julgamento da correção divide os especialistas. Para alguns, a nova forma de análise pode ser prejudicial para os aposentados porque, no plenário virtual, não há debate direto entre os ministros, o que poderia possibilitar mudança de votos. Cada um deposita seu voto sem que haja interação entre eles.

Para outros, como não há mais chances de a revisão da vida toda ser concedida nem no **INSS** nem na Justiça, não faz diferença se a análise for presencial ou virtual. A única coisa desvantagem seria esse novo

adiamento.

A advogada Adriane Bramante, conselheira da OAB-SP (Ordem dos Advogados do Brasil em São Paulo) e do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário) afirma que a tese não voltará a ser aceita no Judiciário e o que se espera é que o Supremo faça a chamada modulação dos efeitos, quando decide detalhes de um julgamento.

Neste caso, a expectativa é que os ministros mantenham posicionamento já defendido por eles ao julgar os recursos da ADIs do fator, quando entenderam que quem já recebeu a revisão não precisa devolver valores ao **INSS**. No entanto, o benefício deve voltar ao valor original, ou seja, volta a ser menor.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

João Badari, do escritório Aith, Badari e Luchin, diz que nenhum aposentado deve mais entrar na Justiça pedindo a revisão, porque não há chances de vitória. Para quem já entrou no Judiciário, o Ieprev (Instituto de Estudos Previdenciários), que ele representa, pede aos ministros para conceder a revisão a quem já entrou com ação, mas ainda não teve o trânsito em julgado -quando um caso chega totalmente ao final.

"Para os aposentados que entraram na Justiça, a gente está pedindo a modulação dos efeitos, ou seja, garantir a revisão para quem já havia iniciado o processo. Teve um overruling, que é uma reversão de jurisprudência, e o Supremo tem de proteger essas pessoas em nome da segurança jurídica", diz.

A mudança de entendimento ocorreu quando a corte julgou duas ADIs (Ações Diretas de Inconstitucionalidade) considerando o fator previdenciário constitucional, aprovando integralmente o artigo 3º da lei -que era justamente o artigo a ser modificado na revisão da vida toda- e determinando que o que se aplica a ele não pode ser alterado de nenhuma forma.

Agora, o STF vai julgar o recurso extraordinário 1.276.977 , que é caso original da revisão. O recurso chegou ao Supremo em junho de 2020, depois de ter sido aprovado em dezembro de 2019 no STJ (Superior Tribunal de Justiça).

Um dos posicionamentos contrários à correção, do ministro Cristiano Zanin, questiona justamente o julgamento do STJ. Segundo ele, houve uma decisão tomada de forma inconstitucional. Para o ministro, o Tribunal Superior precisaria de ter maioria dos ministros da corte para tomar uma decisão desse tipo, e não maioria dos ministros presentes na sessão de uma turma, que foi o que teria ocorrido.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

**Site: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/05/stf-muda-julgamento-da-revisao-da-vida-toda-do-inss-e-aposentados-podem-ter-nova-derrota.shtml>**

# Embates entre ministros e parlamentares expõem tensão no Congresso; relembre episódios

## Por g1 - Brasília

Discussões acaloradas entre ministros do governo federal e parlamentares da oposição têm se tornado frequentes no Congresso.

Em meio a trocas de acusações, gritos e ironias, esses confrontos renderam momentos tensos - e até virais - nos últimos anos.

Em 2023, as sessões com o então ministro da Justiça e atual ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, geralmente terminavam em tumulto.

Nesta terça-feira (27), a ministra Marina Silva deixou a Comissão de Infraestrutura do Senado após ouvir do presidente da sessão, Marcos Rogério (PL-RO): "Se ponha no seu lugar".

Discussões acaloradas entre ministros do governo federal e parlamentares da oposição têm se tornado frequentes no Congresso.

Em meio a trocas de acusações, gritos e ironias, esses confrontos renderam momentos tensos - e até virais - nos últimos anos.

Relembre:

Sessões com Dino

### 1. 277 processos?

Em 2023, as sessões com o então ministro da Justiça e atual ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, geralmente terminavam em tumulto.

No dia 28 de março de 2023, o deputado André Fernandes (PL-CE) afirmou que Dino respondia a 277 processos judiciais, citando o site JusBrasil como fonte. Dino rebateu dizendo que a informação era falsa e ironizou:

"Dizer que eu respondo a 277 processos com base no JusBrasil se insere no mesmo continente mental de quem acha que a Terra é plana."

### 2. Eu sei ler

Na mesma audiência, uma deputada sugeriu que Dino processasse a Folha de S.Paulo por supostamente afirmar que ele havia recebido um relatório da Abin antes do 8 de janeiro. Dino pediu a matéria e disse que a informação não constava no texto:

"Eu não posso processar uma coisa que não está na matéria. Eu sei ler."

### 3. SWAT x Vingadores

Durante audiência no Senado, Dino travou um embate com o senador Marcos do Val (Podemos-ES), ex-instrutor da SWAT americana. Após o senador dizer que Dino deveria ser preso, o ministro respondeu:

"Se o senhor é da SWAT, eu sou dos Vingadores."

A frase arrancou gargalhadas da plateia e viralizou na internet.

### 4. A Terra é redonda

Na mesma sessão, Dino ironizou os discursos anticientíficos ao provocar o senador e ex-astronauta Marcos Pontes (PL-SP):

"Senador, pelo amor de Deus, estão dizendo que a Terra é plana. Ela é redonda?[Pontes respondeu:] 'Flávio, é redonda. Eu vi.'"

Dino ainda brincou que, por essa fala, Pontes corria o risco de ser chamado de comunista. O senador reagiu com bom humor.

### 5. Troca de farpas com Moro

Em outra audiência, Dino discutiu com o senador Sergio Moro (União Brasil-PR), ex-juiz da Lava Jato, após Moro declarar que o ministro estava respondendo às perguntas dos senadores com deboche .

Dino disse que respondia com seriedade a perguntas sérias e que precisava se defender de ataques. Na

sequência, o ministro afirmou ser ficha-limpa e que nunca fez conluio com procuradores - referência indireta às acusações de que Moro e o Ministério Público combinavam de forma irregular ações na operação Lava Jato.

## 6. Narcomilícia

Dino também citou o termo "narcomilícia" em resposta a críticas sobre segurança pública, fazendo referência indireta à atuação de milicianos no Rio de Janeiro e a reportagens que envolvem figuras próximas ao ex-presidente Jair Bolsonaro. Em uma das sessões, ao mencionar o nome de Flávio Bolsonaro, deputados governistas aplaudiram. A oposição reagiu com protestos.

Marina Silva: Não sou submissa

Nesta terça-feira (27), a ministra Marina Silva deixou a Comissão de Infraestrutura do Senado após ouvir do presidente da sessão, Marcos Rogério (PL-RO): "Se ponha no seu lugar".

Marina respondeu: "O senhor quer que eu seja uma mulher submissa. E eu não sou".

Outro senador, Plínio Valério (PSDB-AM), completou: "A mulher merece respeito, a ministra não". Marina deixou a sala e depois afirmou: "Ninguém vai dizer qual é o meu lugar".

O presidente Lula ligou para a ministra após o episódio e, segundo ela, disse: "Você fez o que era certo, de não tolerar desrespeito".

Moro x Wolney

Em março, um bate-boca entre o senador Sergio Moro (União-PR) e o ministro da Previdência, Wolney Queiroz, esquentou o clima em uma audiência sobre fraudes no **INSS**.

Wolney questionou: "O senhor era ministro da Justiça quando começaram as denúncias. Fez alguma coisa?"

Moro reagiu: "Os fatos nunca foram informados a mim. Mas Vossa Excelência não fez nada quando soube".

A discussão evoluiu para acusações mútuas e terminou em troca de farpas. "Não queria ficar nesse bate-boca, mas o senhor tinha muito mais obrigação de saber disso do que eu", disse Wolney.

Haddad e Kim

Na Comissão de Finanças e Tributação, em maio de 2024, Fernando Haddad enfrentou críticas por

medidas econômicas impopulares.

O deputado Kim Kataguiri questionou a linha do PT de aumentar a arrecadação por meio de alta de **tributos**, e afirmou que teria havido uma briga entre deputados do PT e o governo na última semana sobre o assunto. O parlamentar perguntou a Haddad qual a posição oficial do Ministério da Fazenda sobre a retomada da taxaço federal.

Em resposta, o ministro da Fazenda afirmou que é preciso mais tempo para o governo tomar uma posição sobre a retomada do imposto federal, e afirmou que a decisão dos governadores de aumentar o ICMS estadual foi correta .

Ele afirmou ainda que Kim Kataguiri estava tentando ideologizar o debate, e acrescentou que é preciso ter coragem para tomar decisões, mas é necessário saber o que está acontecendo nas feiras, nas periferias . Haddad afirmou que, desde o ano passado, todas as remessas do exterior passaram a ser registradas.

Pega o microfone e fala mal do Tarcísio [de Freitas, governador de São Paulo]. Fala! O varejo brasileiro é honrado, feito de empresários honrados, a indústria é honrada. As pessoas que mandaram esse documento para nós são honradas, merecem ser ouvidos. Feche a porta para ouvir e parar de lacrar na rede , declarou Haddad, ministro da Fazenda.

Na réplica, Kataguiri disse não ter insinuado que a indústria brasileira não é honrada.

Ele [Haddad] Também disse que eu não recebo representantes [do setor industrial], que eu não teria feito questionamento, que estaria lacrando. De três questionamentos que eu fiz, ele não respondeu, sobre privilégios, elite do funcionalismo público, paternalismo. E que o ministro está fugindo de responder é qual o posicionamento do Ministério da Fazenda da imposição de imposto de importação em 60% para as compras online , disse o deputado Kim Kataguiri.

**Site:**

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/05/28/embates-entre-ministros-e-parlamentares-expoem-tensao-no-congresso-relembra-episodios.ghtml>

# Salário mínimo 2025 teve reajuste de mais de 7%; confira o novo valor

## *Colaboração para o UOL*

O novo valor do salário mínimo nacional foi creditado pela primeira vez nas contas dos trabalhadores em fevereiro, com reajuste para R\$ 1.518,00.

Embora o aumento tenha entrado em vigor a partir de janeiro, o pagamento só foi feito em fevereiro porque os vencimentos são pagos no mês seguinte ao da atividade exercida. Por isso, o reajuste aparece apenas nos contracheques deste mês.

O salário mínimo corresponde ao menor valor mensal que um empregado pode legalmente receber por seu trabalho. Ele também serve como base para o cálculo de benefícios previdenciários, sociais e trabalhistas oferecidos pelo governo federal.

O novo montante de R\$ 1.518 representa um acréscimo de R\$ 106, o que equivale a uma alta de 7,5%, superando o índice de inflação do período. Ainda assim, o reajuste foi inferior ao previsto inicialmente, em função das medidas de corte de gastos aprovadas no final de 2024.

Anteriormente, o cálculo do salário mínimo era feito com base na variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) - que costuma ser mais vantajoso para os trabalhadores do que o IPCA, índice oficial de inflação - somada ao crescimento do PIB (Produto Interno Bruto). Com essa fórmula antiga, o valor do mínimo seria de R\$ 1.525.

No entanto, a nova regra inclui um limite máximo de 2,5% para o aumento de despesas públicas. Assim, mesmo que o PIB registre alta de 3,2%, o reajuste será restrito ao teto estabelecido.

O salário mínimo afeta diretamente os valores pagos em aposentadorias, especialmente as do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), além de influenciar benefícios sociais. Por esse motivo, o governo busca evitar elevações expressivas, que possam causar desequilíbrios no orçamento, principalmente em um cenário de contenção fiscal.

## **Site:**

**<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2025/05/28/salario-minimo-2025-teve-reajuste-de-mais-de-7-confira-o-novo-valor.htm>**

# STF muda julgamento da revisão da vida toda do INSS e aposentados podem ter nova derrota (Previdência)

**Cristiane Gercina**

O STF (Supremo Tribunal Federal) remarcou a data e mudou a forma de julgamento da revisão da vida toda do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social).

O caso estava na pauta da sessão presencial desta quarta-feira (28), a partir das 14h, mas foi adiado e será julgado no plenário virtual da Corte, entre 6 e 13 de junho.

A revisão da vida toda é uma ação judicial na qual os aposentados do **INSS** pedem para que sejam incluídas na conta da aposentadoria contribuições feitas em outras moedas, antes do Plano Real.

O caso chegou a ser aprovado no Supremo em 2022, em votação apertada -5 a 6-, mas a tese foi derrubada em março de 2024, por sete votos a quatro.

Para os ministros, não há a possibilidade de pedir essa revisão, baseada decisão tomada na reforma da Previdência do governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), em 1999, que alterou a forma de cálculo da aposentadoria e criou o fator previdenciário.

Os aposentados alegam que quem já estava no mercado de trabalho pagando contribuições à Previdência foi prejudicado com a aprovação de regra mais benéfica para novos segurados, que puderam usar 100% de suas contribuições no cálculo da aposentadoria e ganhar mais. Os mais antigos não podiam utilizar salários recebidos em outras moedas.

A mudança no julgamento da correção divide os especialistas. Para alguns, a nova forma de análise pode ser prejudicial para os aposentados porque, no plenário virtual, não há debate direto entre os ministros, o que poderia possibilitar mudança de votos. Cada um deposita seu voto sem que haja interação entre eles.

Para outros, como não há mais chances de a revisão da vida toda ser concedida nem no **INSS** nem na Justiça, não faz diferença se a análise for presencial ou virtual. A única coisa desvantagem seria esse novo

adiamento.

A advogada Adriane Bramante, conselheira da OAB-SP (Ordem dos Advogados do Brasil em São Paulo) e do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário) afirma que a tese não voltará a ser aceita no Judiciário e o que se espera é que o Supremo faça a chamada modulação dos efeitos, quando decide detalhes de um julgamento.

Neste caso, a expectativa é que os ministros mantenham posicionamento já defendido por eles ao julgar os recursos da ADIs do fator, quando entenderam que quem já recebeu a revisão não precisa devolver valores ao **INSS**. No entanto, o benefício deve voltar ao valor original, ou seja, volta a ser menor.

João Badari, do escritório Aith, Badari e Luchin, diz que nenhum aposentado deve mais entrar na Justiça pedindo a revisão, porque não há chances de vitória. Para quem já entrou no Judiciário, o Ieprev (Instituto de Estudos Previdenciários), que ele representa, pede aos ministros para conceder a revisão a quem já entrou com ação, mas ainda não teve o trânsito em julgado -quando um caso chega totalmente ao final.

"Para os aposentados que entraram na Justiça, a gente está pedindo a modulação dos efeitos, ou seja, garantir a revisão para quem já havia iniciado o processo. Teve um overruling, que é uma reversão de jurisprudência, e o Supremo tem de proteger essas pessoas em nome da segurança jurídica", diz.

A mudança de entendimento ocorreu quando a corte julgou duas ADIs (Ações Diretas de Inconstitucionalidade) considerando o fator previdenciário constitucional, aprovando integralmente o artigo 3º da lei -que era justamente o artigo a ser modificado na revisão da vida toda- e determinando que o que se aplica a ele não pode ser alterado de nenhuma forma.

Agora, o STF vai julgar o recurso extraordinário 1.276.977, que é caso original da revisão. O recurso chegou ao Supremo em junho de 2020, depois de ter sido aprovado em dezembro de 2019 no STJ (Superior

Tribunal de Justiça).

Um dos posicionamentos contrários à correção, do ministro Cristiano Zanin, questiona justamente o julgamento do STJ. Segundo ele, houve uma decisão tomada de forma inconstitucional. Para o ministro, o Tribunal Superior precisaria de ter maioria dos ministros da corte para tomar uma decisão desse tipo, e não maioria dos ministros presentes na sessão de uma turma, que foi o que teria ocorrido.

**Site: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/05/stf-muda-julgamento-da-revisao-da-vida-toda-do-inss-e-aposentados-podem-ter-nova-derrota.shtml>**

# Sindicato ligado a irmão de Lula será investigado

O ministro Aroldo Cedraz, do Tribunal de Contas da União (TCU), acolheu representação da bancada do Novo no Congresso e determinou uma série de medidas para apurar indícios de fraudes envolvendo o Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical (Sindnapi), que tem como um dos diretores Frei Chico - irmão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A informação é da CNN Brasil.

As irregularidades investigadas dizem respeito a descontos indevidos em aposentadorias e pensões de beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

De acordo com relatório da Controladoria-Geral da União (CGU), 76,9% dos beneficiários que tiveram descontos vinculados ao Sindnapi afirmaram nunca ter autorizado tais cobranças. Além disso, a receita do sindicato aumentou significativamente nos últimos anos, passando de R\$ 23 milhões em 2020 para R\$ 154 milhões em 2024.

A decisão determina, entre outras ações, uma inspeção específica no Ministério da Previdência, no **INSS** e na Dataprev. Esse trabalho tem como objetivo acessar as bases de dados e documentos desses órgãos

para identificar todas as consignações realizadas nos benefícios previdenciários, os repasses feitos às entidades sindicais, os **servidores públicos** envolvidos e as medidas efetivas adotadas até o momento para apuração e ressarcimento dos prejuízos causados.

"Entendo necessário que a diligência proposta pela unidade técnica seja ampliada para a investigação quanto a todas as entidades associativas, bem como deve ser realizada inspeção específica para identificar todas as entidades potenciais fraudadoras e os **servidores públicos** que facilitaram as fraudes, para que sejam apuradas as responsabilidades devidas", escreveu o ministro. Além disso, o TCU exigiu que o **INSS** envie informações detalhadas sobre os acordos de cooperação técnica firmados desde 2020, os valores repassados mensalmente por entidade, a lista de responsáveis por cada repasse e o volume de denúncias registradas.

No despacho, Cedraz reforça ainda que todos os Acordos de Cooperação Técnica (ACT) formalizados pelo **INSS**, que envolvam descontos de mensalidades associativas em folha de pagamento de benefícios previdenciários, estão suspensos e devem permanecer assim até que tudo seja apurado.

**Site:** [https://digital.maven.com.br/temp\\_site/issue-137911-2805202507%20-%20166bdffa87b9541803e4dc7878880760.pdf](https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-137911-2805202507%20-%20166bdffa87b9541803e4dc7878880760.pdf)

# Vinte projetos tentam barrar alta do IOF

Depois que o ministro Fernando Haddad, da Fazenda, anunciou na última quinta-feira (22), a intenção do governo federal de aumentar o Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF) em operações de crédito, o Congresso Nacional se mobilizou e já deu entrada em 20 propostas para suspender o reajuste do tributo. O levantamento foi feito pelo portal **Congresso em Foco**, enquanto o governo ainda não bateu o martelo se vai manter ou não as mudanças no IOF, já que, no mesmo dia do anúncio, revogou parte da proposta, a que propunha aplicar o IOF para aplicações em fundos nacionais fora do Brasil.

Foi mantido o aumento do IOF para a compra de dólar em espécie por pessoas físicas, assim como para as remessas de dinheiro para contas no exterior.

As 20 propostas encaminhadas até ontem são, em sua maioria, de parlamentares da oposição, sendo boa parte deles do PL. Mas há também uma proposta feita pelo deputado federal Paulinho da Força (SP), cujo

partido, Solidariedade, integra a base do governo.

Dos 20 projetos apresentados, 19 tramitam na Câmara dos Deputados e um no Senado, de autoria do líder da oposição na Casa Alta, senador Rogério Marinho (PL-RN). Todas as propostas aguardam despacho dos presidentes das respectivas casas legislativas para começarem a tramitar oficialmente.

Além da apresentação dos projetos, também há pedidos de explicações e requerimento de convocação de integrantes do governo para explicar as mudanças.

Com o aumento anunciado na quinta-feira (22), o governo pretende arrecadar R\$ 20,5 bilhões a mais neste ano e R\$ 41 bilhões em 2026. Parte da mudança incluiu o aumento do imposto na compra de moeda estrangeira em espécie de 1,1% para 3,5% e uma alíquota de 5% do IOF para planos de VGBL ou previdência com aportes mensais acima de 50 mil.

O decreto editado pela Fazenda causou forte reação política e crítica de entidades do mercado, principalmente pelas novas alíquotas incidentes sobre operações cambiais e aplicações financeiras no

exterior. A movimentação no Congresso expõe o crescimento das pressões políticas sobre a área econômica do governo, que já enfrenta desafios para cumprir a meta de déficit zero em 2025. A base governista está dividida: uma ala defende a

arrecadação como ferramenta de responsabilidade fiscal, enquanto outra teme o desgaste político em ano pré-eleitoral.

Entre os projetos protocolados, está um do partido Novo, em que a justificativa para a suspensão da proposta do governo é de que a população não quer mais **impostos**. "O brasileiro não suporta mais aumento de

**impostos!**", afirma o líder do partido, deputado Marcel van Hatten (Novo-RS).

Já o senador Rogério Marinho (PL-RN) pretende barrar o aumento por considerar que investidores pagarão 10 vezes mais do que vinham pagando "Assim, as normas em questão propõem aumento de mais de 60% na arrecadação do IOF, o que claramente extrapola a natureza extrafiscal e regulatória deste imposto", afirmou o líder da oposição no Senado. O partido ainda pondera que o aumento do imposto pode gerar uma instabilidade comercial brasileira, já que torna as transações com o exterior mais caras.

"O aumento abrupto do imposto arrecadatório onera operações de crédito essenciais ao desenvolvimento produtivo, eleva o custo de seguros e eleva o custo de remessas cambiais, prejudicando a competitividade do Brasil e a segurança jurídica", diz o projeto apresentado pelo senador. Além disso, o partido ainda aponta que um aumento de tributo só poderia acontecer

com autorização do legislativo. "Tal procedimento afronta o princípio da legalidade, ao impor tributo arrecadatório sem a devida autorização legislativa".

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos--PB), afirmou ao Globo que colocará o assunto em discussão na próxima reunião de líderes.

**Site:** [https://digital.maven.com.br/temp\\_site/issue-137911-2805202507%20-%20166bdffa87b9541803e4dc7878880760.pdf](https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-137911-2805202507%20-%20166bdffa87b9541803e4dc7878880760.pdf)

# Reforma tributária: Deus está nos detalhes (Artigo)

Por Eduardo Fleury

Eduardo Fleury, advogado e economista, sócio e head da área tributária de FCR Law, trabalhou como consultor do Banco Mundial, mestre e doutor (S.J.D.) em Tributação pela Florida University (EUA), especialista em International Tax Planning pela Leiden University (Holanda) e em Direito Empresarial nos EUA pela Harvard Extension School.

Não, a frase original não era o "diabo mora nos detalhes". Nos anos 1950, o arquiteto modernista Ludwig Mies van der Rohe cunhou uma das máximas mais citadas fora do mundo da arquitetura: "Deus está nos detalhes". Ao projetar edifícios com estruturas visivelmente simples, Mies sabia que a estabilidade e a elegância do todo dependiam da precisão silenciosa das conexões, das juntas e das proporções invisíveis aos olhos de quem observa de fora. A frase atravessou décadas e disciplinas, e hoje serve como um alerta oportuno para o Brasil: a **reforma tributária** recém-aprovada é um desses grandes projetos que, para trazer os benefícios de seu modelo, dependerá dos detalhes de sua execução.

A aprovação da **reforma tributária** marcou um passo relevante para a modernização do sistema fiscal brasileiro. A ideia de substituir **tributos** cumulativos e de regimes fragmentados por um modelo de imposto sobre valor agregado (IVA) é, em essência, tecnicamente sólida. No entanto, entre o texto aprovado e os efeitos econômicos esperados há um caminho que exige atenção cuidadosa - e será na implementação que se definirá o alcance real dos resultados pretendidos. A forma como empresas e agentes econômicos reagirão às mudanças será determinante para a fixação dos novos preços e margens de lucro.

Um dos principais pontos de atenção está na recomposição dos preços ao longo das cadeias produtivas. O sistema atual embute **tributos** nos custos em diversas etapas da produção e comercialização (cumulatividade) que, com a reforma, deixarão de existir. Isso significa que o custo contábil efetivo de diversos bens e serviços será reduzido, tendo em conta que o IBS e a CBS serão cobrados por fora, não integrando o preço. No entanto, a nova legislação não impõe mecanismos automáticos de repasse dessa redução. Se os agentes econômicos

não ajustarem seus preços com base na nova realidade tributária, o risco é de manutenção artificial de margens elevadas em alguns elos da cadeia e compressão em outros, comprometendo o equilíbrio concorrencial e, em alguns casos, provocando aumento de preços injustificado ao consumidor final.

A análise dos efeitos da reforma sobre empresas e setores depende da estrutura de custos, da posição na cadeia produtiva e do perfil dos clientes. Em alguns casos, a mudança poderá gerar ganho de competitividade; em outros, perdas relevantes se ajustes não forem feitos com precisão.

Olhando no detalhe - afinal, Deus está neles -, considere um exemplo: se o seu fornecedor hoje cobra R\$ 137,45, sendo R\$ 37,45 de ICMS e PIS/Cofins "por dentro" (18% e 9,25%, respectivamente), não basta que ele simplesmente exclua esses **tributos** e use R\$ 100 como nova base de cálculo para o IBS/CBS. É necessário reduzir ainda mais esse valor, já que os **tributos** embutidos nos seus custos também deixarão de existir. Assim, o preço de referência para o novo tributo deverá ser inferior a R\$ 100. A explicação detalhada do cálculo desse "resíduo" adicional escapa ao escopo deste artigo, mas sua existência precisa ser considerada pelos agentes econômicos.

Essas preocupações se intensificam diante do formato adotado para o período de transição, que se estenderá de 2025 até 2032. A implementação do novo sistema será feita de forma escalonada: a CBS será introduzida em 2027, com a extinção simultânea do PIS e da Cofins (IPI será extinto parcialmente); o IBS terá uma implantação mais gradual, acompanhada da redução proporcional do ICMS e do ISS até sua completa substituição em 2033. Qualquer negociação de preço com fornecedores ou clientes deverá ser conduzida com base nesse contexto transitório, considerando não apenas a carga atual, mas as alterações graduais que ocorrerão ano a ano até a adoção plena do novo regime.

Vale destacar que essa transição faseada também pode facilitar a recomposição dos preços. Se um fornecedor não conceder o desconto adequado, o concorrente poderá fazê-lo, permitindo ajustes competitivos ao longo do tempo.

Outra mudança estrutural relevante diz respeito à

forma de pagamento dos **tributos** no novo modelo. O IBS e a CBS não serão mais **impostos** incluídos nos preços - como ocorre hoje com ICMS e ISS - mas sim destacados à parte nas notas fiscais. Isso implica uma nova lógica contratual, em que será necessário explicitar o valor líquido da operação e os **tributos** incidentes separadamente. O próprio conceito de receita será impactado. A adaptação dos contratos também deverá levar em conta a adoção do modelo de split payment, no qual o valor do imposto pode ser transferido diretamente ao fisco no momento do pagamento da fatura. Este novo formato altera substancialmente a dinâmica financeira entre compradores e vendedores.

Outro aspecto relevante é o tratamento dos investimentos durante o período de transição. A partir de 2033, com a implementação plena do novo sistema, os investimentos serão totalmente desonerados, já que os novos **tributos** permitirão o crédito integral dos **tributos** sobre bens de capital. Até lá, porém, continuarão sujeitos à incidência parcial dos **tributos** antigos, cuja recuperação é limitada. Isso pode tornar os investimentos mais caros e levar empresas a adiar decisões ou ver seus ativos desvalorizados após a transição.

O governo federal parece ciente dessa distorção. Recentemente, anunciou uma proposta para antecipar parcialmente os efeitos da desoneração prevista na **reforma tributária**, visando atrair investimentos em data centers. A proposta, incluída no programa Redata, prevê isenção tributária para investimentos no setor, mesmo antes da entrada plena em vigor do novo sistema. Antecipar o tratamento tributário neutro para novos investimentos deveria ser considerado pelo governo.

A implementação da reforma exigirá, portanto, mais do que adequações técnicas. Será necessário um esforço coordenado de interpretação econômica, renegociação de relações comerciais e adaptação à nova lógica fiscal. Em última instância, não basta aprovar uma boa arquitetura tributária: é preciso cuidar de cada detalhe da sua execução. Como bem observou Mies van der Rohe, é nos detalhes que mora a verdadeira estrutura de qualquer projeto - e neles os agentes econômicos devem se concentrar.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188214?page=18&section=1>

# Reforma tributária: dúvidas e certezas

A tão discutida e aguardada **reforma tributária** finalmente tomou forma concreta com a aprovação da Emenda Constitucional 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023 marcando o ponto de partida para uma nova do sistema tributário nacional e da tributação do consumo.

Na sequência, a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 68/24 convertido na Lei Complementar nº 214/25, que estabelece as diretrizes para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

Pode-se dizer, portanto, que se percorreu boa parte do caminho desde o seu ponto de partida, cujo objetivo final é uma ampla e estrutural alteração da tributação do consumo no Brasil tal conhecemos há anos.

No entanto, ainda existem várias etapas a serem completadas, incluindo não só a regulamentação detalhada através de leis complementares e infralegais tal como a Lei Complementar 214/2025 e o PLP 108/2024, que visa disciplinar a instituição e estruturação do Comitê Gestor, do contencioso administrativo, da distribuição de arrecadação e as disposições relativas à transição do ICMS para o IBS, entre outros aspectos.

Várias dúvidas ainda pairam no ar: tais como a alíquota de referência efetiva aplicável; as obrigações acessórias que empresas precisarão cumprir; o funcionamento do sistema de split payment; a estrutura e o funcionamento do comitê gestor do IBS; o cashback; e o uso da tecnologia para suportar todo o arcabouço normativo focado essencialmente na neutralidade dos novos **tributos** e simplificação, ao menos em tese.

É imperativo que empresas e indivíduos compreendam os impactos dessa reforma, pois não há mais espaço para negligenciar uma análise efetiva de como ela afetará os negócios.

Uma coisa é certa: a **reforma tributária** é uma transformação do modelo de negócio no Brasil.

Para se adaptar a essa nova realidade, as empresas precisarão abordar diversos aspectos cruciais e estruturais de seu modelo de negócio. Com a transição do antigo para o novo sistema tributário, é essencial revisar todos os planejamentos tributários em vigor, malhas logísticas, benefícios fiscais, estruturas de produção e distribuição. Essa revisão

deve considerar a transição das regras antigas para as novas, além da identificação de oportunidades e riscos no novo cenário.

A nova tributação pode afetar significativamente os custos de aquisição e, conseqüentemente, a precificação dos produtos e serviços. As empresas devem realizar um estudo detalhado dos novos custos tributários e revisar as estratégias de precificação para manter a competitividade.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

Para entender plenamente os impactos financeiros da reforma, é necessário modelar diferentes cenários de carga tributária e revisar cálculos de **tributos** para garantir precisão e compliance.

Realizar simulações da nova carga tributária permitirá que as empresas mensurem os impactos financeiros e se preparem para ajustes necessários. Essas simulações devem incluir projeções de receita e despesa sob o novo regime, além da avaliação de impactos em margens de lucro e fluxo de caixa.

O novo sistema tributário pode alterar a forma como créditos tributários são gerados e utilizados. É crucial identificar todos os créditos disponíveis e mapear o uso de créditos para otimizar a carga tributária.

Os contratos vigentes podem ser afetados pelas mudanças na tributação. Empresas devem revisar contratos para identificar cláusulas sensíveis a variações tributárias e negociar ajustes necessários com parceiros comerciais. Algumas cláusulas contratuais, como aquelas relacionadas a preço, repasse de custos e indexadores, são particularmente sensíveis a variações tributárias.

Empresas devem revisar todas as cláusulas contratuais para garantir conformidade e implementar mecanismos de ajuste automático para minimizar riscos. Importante destacar que contratos públicos seguirão procedimento administrativo próprio, indicado na Lei Complementar 214/2025.

Para garantir conformidade com as novas regras de tributação, é necessário revisar e ajustar práticas fiscais atuais. Isso inclui treinamento e capacitação de equipes fiscais, além da implementação de novos

procedimentos e controles internos.

A **reforma tributária** no Brasil representa uma mudança profunda no sistema de negócios. Enquanto diversas dúvidas ainda precisam ser esclarecidas, a certeza de que as empresas devem se adaptar a um novo modelo é incontestável.

A abordagem estratégica e a preparação adequada são essenciais para navegar com sucesso por essa transformação, garantindo que as empresas não apenas cumpram com as novas regras, mas também aproveitem as oportunidades que elas trazem.

**Notícias Relacionadas:**

PORTAL UOL

**Reforma tributária:** dúvidas e certezas

**Site:** <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-e-esse/2025/05/reforma-tributaria-duvidas-e-certezas.shtml>

# Tratamento da condição será disponibilizado na rede pública

Três portarias publicadas ontem (27) no Diário Oficial da União ampliam o tratamento para dermatite atópica pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Os documentos oficializam a incorporação, na rede pública, de duas pomadas para a pele - tacrolimo e furoato de mometasona -além de um medicamento oral para o tratamento da doença - o metotrexato. As novidades permitem o cuidado desde as fases iniciais até quadros mais graves da condição.

Em nota, o Ministério da Saúde destacou que o

tacrolimo tópico e o furoato de mometasona poderão ser usados para tratar pessoas que não podem usar corticoides ou que tenham resistência aos tratamentos até então disponíveis.

"A ampliação de acesso ao tacrolimo tópico para os pacientes do SUS é um benefício relevante já que, por ser um medicamento de alto custo, seu acesso era mais restrito".

Segundo a pasta, o metotrexato será indicado nos casos de dermatite atópica grave, sobretudo entre pacientes que não podem usar a ciclosporina, medicamento já disponibilizado na rede pública.

entenda

Doença não contagiosa, a dermatite atópica é uma condição genética e crônica caracterizada principalmente por coceira intensa e pele ressecada, que afeta especialmente as áreas de dobras do corpo, como a parte frontal dos cotovelos, atrás dos joelhos e o pescoço.

"É uma das formas mais comuns de eczema, prevalente na infância, embora também possa

surgir na adolescência ou na fase adulta", detalha o ministério.

Em crianças pequenas, a face também é uma área frequentemente afetada pela dermatite atópica. "A doença pode variar muito de paciente para paciente, com diferentes intensidades e respostas aos tratamentos", completa a pasta.

"Um fator importante do tratamento é o enfrentamento a estigmas sociais **impostos** às pessoas que vivem

com a

condição, que, muitas vezes, convivem com preconceitos em vista das lesões visíveis na pele", diz Fernanda De Negri, secretária de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (Sectics). A titular também pontua as implicações sociais por conta do preconceito causado pela doença. "Ela acomete, muitas vezes, crianças em idade escolar que podem deixar de ir às aulas por isso".

**Site: [https://digital.maven.com.br/temp\\_site/issue-137911-2805202507%20-%20166bdffa87b9541803e4dc7878880760.pdf](https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-137911-2805202507%20-%20166bdffa87b9541803e4dc7878880760.pdf)**

# Viver não é aprender? - ELIANE CANTANHÊDE

## **ELIANE CANTANHÊDE**

Vivendo e aprendendo, mas o governo parece não aprender nunca. Depois da crise do Pix, tão recente, a do IOF também começa com ministros batendo cabeça, evolui com o desprezo aos setores atingidos, explode com um anúncio mal planejado e executado e acaba num recuo vexaminoso, com a oposição soltando fogos, rojões e disparos certos nas redes sociais. O Congresso, claro, entra na festa.

A prova cabal da patacoada é o post comunicando o recuo ao distinto público já perto da meia-noite, horas depois do anúncio. Em poucas linhas, gastas com números de artigos e parágrafos, sem explicar nada, o governo conseguiu piorar o que começou ruim e já estava péssimo àquela altura. A peça de gênio era absolutamente incompreensível para quem é da área financeira, imaginem para pobres mortais? A primeira reação foi de espanto e dúvidas. Cancelaram tudo? Não vai ter mais aumento de IOF? Ninguém sabia responder e o ministro Fernando Haddad tentou apagar a fogueira com pingos d'água, explicando, daqui e dali, que não era "tudo", a mudança atingia um único ponto do pacote. Haddad, aliás, estava voando, ou melhor, no avião para São Paulo, enquanto Rui Costa, seu maior adversário interno, presidia uma reunião de emergência. Por volta das 8h do dia seguinte, antes da abertura do mercado e de um previsível desastre na Bolsa, Haddad reunia a imprensa para explicar o que mudava, justificar que havia recebido "subsídios" do setor financeiro e minimizar o recuo: afinal, o total do pacote seria de R\$ 54 bilhões, entre contingenciamento de gastos e aumento de IOF, e o impacto da alteração será só de R\$ 2 bilhões.

Não foram "subsídios", porém. Quem é do ramo corrige: "a reação foi forte, o mercado ficou estarecido e perplexo com a maior taxaçoão do capital, do investimento, do câmbio e do crédito". E mais: classificou como "lambança" usar imposto regulatório para alavancar arrecadação.

Além disso, a mudança envolver dois, dez ou vinte bilhões é coisa para entendidos. O que conta é a guerra de narrativas na internet, na qual o governo sempre entra derrotado, e a consequente percepção da sociedade. Quando Haddad falou, já tinha viralizado que o governo não dá uma dentro, vive de

recuo em recuo, todos brigam com todos e a comunicação é uma lástima.

Pior: o link com as crises do Pix e do **INSS**. Nas redes, o mesmo governo que tentou morder a renda dos pobres com o PIX e abrigou o roubo de aposentados e pensionistas agora se volta contra a classe média, investidores e por aí vai. E Haddad sempre negou aumento de **impostos**, mas o que é o IOF? Imposto sobre Operações Financeiras. Ni-kolas Ferreira "rides again".

**Site:** [https://digital.maven.com.br/temp\\_site/issue-137911-2805202507%20-%20166bdffa87b9541803e4dc7878880760.pdf](https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-137911-2805202507%20-%20166bdffa87b9541803e4dc7878880760.pdf)

# Presidente da Fiesp se opõe a aumento de imposto

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes da Silva, reforçou ontem as críticas da entidade à elevação das alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que inclui operações de crédito a empresas. O empresário prometeu combater firmemente o aumento do tributo, que classificou como um "absurdo".

Josué disse acreditar na reversão da medida, chamada também por ele de "insensata". Segundo ele, ela agrava a situação das empresas, já afetadas por juros mais altos, e, por se tratar de um tributo "quase que cumulativo", pune as cadeias de produção mais longas.

"Acredito que será revertida, porque ela não tem cabimento ... Nós lutamos 30 e poucos anos para

acabar com os **impostos** indiretos cumulativos, e aí vem o IOF aumentando", afirmou Josué "Então, isso é um absurdo, nós vamos combater fortemente", acrescentou.

As declarações foram dadas em discurso que encerrou um fórum realizado pela Fiesp que tratou da escassez de mão de obra na indústria. A fala de Josué sobre o IOF foi aplaudida pelos presentes no auditório da Fiesp.

O empresário conclamou ainda a união da sociedade para reduzir os juros no Brasil. "Todos nós precisamos dar as mãos para, assim como fizemos no Plano Real como sociedade, e conseguimos por fim ao flagelo que era a hiperinflação, que a gente consiga também, finalmente, fazer com que o Brasil passe a ter taxas de juros normais para um país riquíssimo."

Em seu discurso, Josué também criticou a visão que considera pa-

ternalista em todos os poderes, em especial na Justiça do Trabalho. "A Justiça do Trabalho acaba desprotegendo o trabalhador ao visar protegê-lo com excesso de paternalismo, tratando ele como incapaz, como uma pessoa incapaz de decidir o seu próprio destino", declarou o presidente da Fiesp, ao ressaltar que os trabalhadores estão preferindo trabalhar sem carteira assinada. "A realidade está mostrando que ele é capaz, e ele está decidindo o seu destino, inclusive deixando de trabalhar sob a proteção da CLT

Consolidação das Leis do Trabalho por decisão própria", comentou.

Uma pesquisa do Instituto Locomotiva apresentada durante o evento da Fiesp mostrou que mais da metade (58%) das pessoas preferem trabalhar por conta própria, enquanto apenas 11% desejam ser empregados da indústria.

**Site:** [https://digital.maven.com.br/temp\\_site/issue-137911-2805202507%20-%20166bdffa87b9541803e4dc7878880760.pdf](https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-137911-2805202507%20-%20166bdffa87b9541803e4dc7878880760.pdf)

# Despesa cresce e IOF maior não é solução - LU AIKO OTTA

## LU AIKO OTTA

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras. E-mail lu.aiko@valor.com.br

As despesas continuam crescendo, mas isso segue como um "não assunto" no alto escalão do governo. Esse é o problema. Não tem aumento de IOF ou taxaço de bets que dê jeito nisso.

Divulgado na semana passada, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (Rardp) mais conhecido como "bimestral", informa que as despesas obrigatórias deste ano ficarão R\$ 36,4 bilhões maiores do que o previsto quando o Orçamento do ano foi aprovado.

Para ter uma ideia: o orçamento do Ministério da Justiça este ano é de R\$ 22 bilhões. O dos Transportes, R\$ 30,8 bilhões. O da Cultura, R\$ 4 bilhões. O do Povos Indígenas, R\$ 1,3 bilhão. É dessa ordem de grandeza que estamos falando.

Dos acréscimos, o maior foi feito na conta de benefícios previdenciários: R\$ 16,7 bilhões. O bimestral informa que a revisão foi feita com base nos dados observados de janeiro a abril deste ano. Constatou-se, pelo andar da carruagem, a conta de benefícios "normais" ficaria

R\$ 9 bilhões maior do que o previsto, e a de precatórios previdenciários, R\$ 7,7 bilhões mais elevada. Detalhe: há 2,7 milhões de pedidos na fila.

Outra despesa que está em alta e é alvo de preocupação do governo é o Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda. Nesse caso, foi necessário acrescentar R\$ 2,8 bilhões. O motivo do crescimento é a concessão do benefício por via judicial, o que ocorre a partir de uma legislação apontada por técnicos como vaga. O governo tentou apertá-la no ano passado, mas o Congresso barrou a iniciativa.

As transferências para o Fundeb foram elevadas em mais R\$ 2,1 bilhões porque são atreladas à arrecadação, e esta teve bom desempenho neste início de ano.

Todas essas revisões para cima mostram como o

sofrido pacote de ajuste fiscal de novembro passado, cuja elaboração passou por todos esses temas, foi insuficiente para conter o avanço das despesas.

Nem por isso as discussões foram retomadas. Pelo contrário, estão sendo empacotados no Planalto novos programas que podem ou não impactar as contas públicas.

Em reação ao avanço das despesas, o bimestral trouxe uma contenção de R\$ 31,3 bilhões. É um valor superior ao esperado pelo mercado, mas incapaz de garantir que as contas públicas fecharão o ano no centro da meta, que é o déficit zero. O resultado ficará na margem de tolerância, que admite déficit de até R\$ 30,9 bilhões.

Os bloqueios e contingenciamentos de gastos anunciados na semana passada deveriam funcionar como um gesto de ajuste das contas pelo lado das despesas.

Porém, veio no mesmo pacote o aumento do IOF. De novo, o governo ficou com a pecha de querer ajustar as contas só com mais receitas.

"É um programa novo hoje e um aumento de imposto amanhã; não dá", sentenciou o presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg), Flávio Roscoe, em conversa com a coluna. "É visão de curto prazo, de fechar o Orçamento do ano para garantir medidas eleitorais de urgência."

O empresariado pressiona o Congresso a reverter a alta do IOF. Há duas dezenas de propostas com esse objetivo em tramitação.

"É evidente, neste caso, o uso do IOF com viés puramente arrecadatório, descolado de sua função extrafiscal, o que vulnera a segurança jurídica e compromete a confiança dos agentes econômicos", escreveu o deputado Valdir Cobalchini (MDB-SC), para justificar seu projeto. "O decreto, portanto, ultrapassa os limites do poder regulamentar, ao criar obrigações tributárias não previstas em lei e aumentar a carga tributária sem respaldo legislativo, ferindo inclusive os princípios da anterioridade e da noventena."

Se a via legislativa não prosperar, como parece ser a

tendência, existe a possibilidade de recorrer à Justiça. A Fiemg é uma das que estudam essa possibilidade.

O aumento é ruim para as empresas e para a população, avaliou Roscoe. Com a nova taxaço sobre operações de crédito, os juros se aproximam cios 18,5% ao ano, calculou. "É surreal, tira a capacidade da economia de reagir."

Esse aumento nos custos será repassado, comentou. Assim, o resultado deve ser mais **inflação**. "Vai trazer perda de renda para a população."

Toda a movimentação contra a alta do IOF acentua as dúvidas sobre seu desempenho arrecadatório. Além do risco de judicialização, existe o planejamento tributário. Empresas e as pessoas de alta renda poderão encontrar alternativas para escapar do aumento.

"O que o governo fez, no final, trouxe mais risco", comentou Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados. "O problema geral é o regime fiscal, que precisa ser mudado porque as regras do arcabouço são frágeis para o que precisamos atingir." Ele, porém, é cético quanto a qualquer alteração por agora. "Vamos ter que aguardar 2027."

A falta de espaço político, em várias dimensões, para discutir a redução das despesas resultou nisso: uma solução pelo lado das receitas, puxada do fundo do baú e pouco discutida internamente. Criticada por todos os lados, virou mais uma fonte de desgaste para o governo.

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188214?page=18&section=1>**

# Cenário global não é tão pessimista e ajuda PIB do Brasil, afirma PicPay

**Anais Fernandes De São Paulo**

Além da safra recorde impulsionando a agropecuária no Brasil, do mercado de trabalho apertado e de medidas de sustentação da renda por parte do governo, uma visão menos pessimista para a economia global e americana no Departamento Econômico do PicPay também acaba contribuindo para sustentar a atividade doméstica, observa Ariane Benedito, nova economis-ta-chefe da casa.

"Chegou-se a falar de recessão nos Estados Unidos, mas nunca fomos para esse lado. Tem uma desaceleração pela política monetária contracionista, mas a atividade nos EUA também segue resiliente", diz. "Na China, os problemas são mais ou menos os mesmos, e o governo segue com a estratégia de estímulos a conta-gotas. Mantendo um cenário constante, ainda poderia crescer 4%, 5%", acrescenta.

O PicPay projeta crescimento de 1,5% para o Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil no primeiro trimestre deste ano, em relação aos três meses imediatamente anteriores, e de 2,2% em 2025.

Se o cenário do PicPay é de atividade doméstica forte e uma economia global que não desacelera tanto, os vetores baixistas para a **inflação** também ficam mais limitados. A casa espera alta de 5,6% para o IPCA em 2025, sendo que, na avaliação do departamento econômico, o balanço de riscos ainda pode ser assimétrico para cima tanto quantitativamente quanto qualitativamente. "O câmbio saiu de R\$ 5,50 por dólar no meio do ano passado para R\$ 6,30 na virada do ano e contaminou os preços de bens industriais. De janeiro a março, houve alívio, o dólar bateu R\$ 5,60. Mas a gente vê um sentido mais de R\$ 5,70. É bastante câmbio para **inflação**", afirma Benedito.

No curto prazo, ela diz que o comportamento da taxa de câmbio "é 100% expectativa". "O dólar mais baixo que a gente tem visto é descompressão da aversão a risco por causa das negociações de tarifas entre [o presidente americano Donald] Trump e autoridades de outros países. E no cenário doméstico não está acontecendo nada para ser um grande vetor. Só não estamos nos beneficiando mais, assim como outros países, porque não sabemos quais serão os riscos à frente, para o Fed [banco central americano], para o BCE [Banco Central Europeu]. Aqui dentro, mais para

o fim do ano, vai pesar a percepção da corrida eleitoral, e a discussão fiscal volta", afirma Benedito.

Apesar da descompressão, a economista diz que a tendência do câmbio é de alta, diante das incertezas que ainda pairam em torno da política tarifária de Trump e do quadro fiscal no Brasil. Sua projeção é de um câmbio em R\$ 5,90 por dólar ao fim deste ano. "É a máxima que enxergo que pode chegar", afirma.

Benedito ter uma "posição tranquila" em relação ao quadro fiscal no Brasil porque afirma achar que algumas propostas do governo podem não ter força para passar no Congresso. "Mas a mera construção das narrativas já mexe com as expectativas e gera volatilidade, que se reflete sobretudo no câmbio", pondera. "O mercado errou no ano passado. As receitas vieram melhores, por causa do crescimento maior do **PIB**, da **inflação** alta. Digamos que passamos com nota 7 no fiscal. Não acho que este ano será muito diferente", afirma.

"Passamos com nota 7 no fiscal [em 2024], Não acho que este ano será muito diferente"

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188214?page=18&section=1>

# Indústria cobra segurança jurídica

**Donaldson Gomes EDITOR**

Em meio a movimentos de alterações em regras tributárias no ambiente interno e de crescentes incertezas no cenário geopolítico, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), defendeu a importância da segurança jurídica para o desenvolvimento do setor no país. Durante um evento realizado para marcar o Dia da Indústria, na sede da CNI nesta segunda-feira (dia 26), em Brasília, o empresário baiano destacou a importância econômica da transformação industrial e falou sobre os obstáculos enfrentados para o desenvolvimento dela.

"Já imaginaram uma sociedade sem indústria?", questionou, para complementar em seguida: "Não existe país forte, economia forte, sem uma indústria forte", complementou. Alban lembrou da importante participação da indústria no desempenho recente da economia brasileira. "Em 2024, nosso **PIB** cresceu puxado pelo notável desempenho da indústria. Não temos o direito de perder isso", acredita.

Entre os desafios internos, Ricardo Alban destacou questões como o descontrole dos gastos públicos, insegurança jurídica e os constantes aumentos na taxa básica de juros do país, que segundo ele, "corroi a economia". No ambiente externo, o presidente da CNI falou sobre as medidas tarifárias apresentadas pelos Estados Unidos, mas também disse estar atento em relação à China.

"Desde o primeiro momento, estamos agindo para evitar extremismos em relação às medidas adotadas pelos Estados Unidos. Mas também estamos atentos na relação com a China. Precisamos de protagonismo da indústria na relação com este importante país", frisou. Para ele, o Brasil não deve se acomodar em vender commodities para a Ásia. "Há espaço para produtos manufaturados", acredita.

Ricardo Alban frisou o interesse da indústria em participar de discussões relacionadas ao setor produtivo, como a da redução da jornada de trabalho, ou sobre aumentos de cargas tributárias. "Não somos contra o Brasil, somos a favor do crescimento". O empresário defendeu a necessidade de entender que as medidas que oneram o setor produtivo acabam penalizando o consumidor no fim das contas. "O grande pagador de **impostos**, na verdade, é o consumidor", destacou.

Ricardo Alban disse que a redução da jornada de

trabalho de 44 horas para 40 horas terá um efeito de oneração de R\$ 88 bilhões por ano. "Pensar nisso quando temos um cenário de pleno emprego no país é ainda mais preocupante. Se tivéssemos oferta de mão de obra, aumento de produtividade, tudo bem, mas agora é contraproducente", avaliou.

Ele destacou também a medida provisória que altera regras no setor elétrico, que prevê o repasse dos custos para a ampliação da gratuidade nas contas dos mais pobres para os demais consumidores. "Não podemos aceitar pagar essa cota, não é possível sermos um dos países com menor custo e maior preço de energia", lamentou.

Um destaque positivo apontado pelo presidente da CNI foi o do novo marco de licenciamento ambiental, destacou Alban. "Temos a convicção de que o processo será aprovado de forma equilibrada", disse, acrescentando a expectativa de que a aprovação unifique e facilite processos em todo o país.

Responsável pela palestra magna do evento, o ministro José Roberto Barroso, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), destacou a importância econômica da indústria. "Entre 1900 e 1980, o Brasil foi um dos países que mais cresceu no mundo, impulsionado pela indústria. Nos últimos 45 anos, país vem crescendo em taxas muito reduzidas, em torno de 2%, que coincidiu com um processo precoce de desindustrialização", apontou.

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Mota, destacou o papel da indústria para o desenvolvimento. "O Brasil só será desenvolvido se desenvolver a sua indústria", avaliou. Para ele, o país deve trabalhar para adensar as suas cadeias produtivas, em um processo que passa pela valorização da Educação.

**Site:**

<https://impresso.correio24horas.com.br/launch.aspx?pubname=&pbid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642&error=1&debug=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

# Ibovespa volta a superar marca recorde

São Paulo - O Ibovespa fechou em alta ontem, renovando máxima intradia no melhor momento, embalado pelo IPCA-15 abaixo do esperado em maio, que endossou apostas de eventual pausa no ciclo de alta da Selic, bem como pelo viés positivo nos pregões em Wall Street.

Índice de referência do mercado acionário brasileiro, o Ibovespa subiu 1,02%, a 139.541,23 pontos, tendo marcado 140.381,93 pontos na máxima - novo topo histórico intradia - e 138.136,49 pontos na mínima da sessão. O volume financeiro somou R\$ 22,98 bilhões.

De acordo com dados divulgados pelo IBGE, a **inflação** medida pelo IPCA-15 ficou em 0,36% em maio, após 0,43% no mês anterior, enquanto a taxa em 12 meses alcançou 5,40%, ante 5,49% em abril. Expectativas de economistas em pesquisa da Reuters apontavam altas de 0,44% e 5,49%, respectivamente.

"Esse número coloca mais 'um prego' no caixão de uma nova alta de juros na reunião de junho", afirmou o economista-chefe da G5 Partners, Luis Otávio Leal, referindo-se ao encontro do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, que terá sua decisão conhecida no dia 18 do próximo mês.

"O investidor vê esse fim de alta de juro e já está começando a precificar isso dentro da bolsa", acrescentou o sócio e advisor da Blue3 Investimentos, Willian Queiroz.

Em Nova York, o S P 500, uma das referências do mercado acionário norte-americano, subiu cerca de 2% na volta do fim de semana prolongado por feriado na segunda-feira, com agentes repercutindo desdobramentos mais positivos envolvendo as discussões comerciais entre Estados Unidos e União Europeia.

No domingo, o presidente norte-americano, Donald Trump, recuou de sua ameaça de impor tarifas de 50% sobre as importações da UE em junho, restabelecendo o prazo de 9 de julho, enquanto autoridades do bloco europeu solicitaram a empresas e CEOs da UE planos para se prepararem para as negociações com Washington.

Destaques - Vamos ON avançou 9,69%, apoiada pelo alívio nas taxas dos contratos de DI, que favoreceu também papéis como CVC Brasil ON, que encerrou com alta de 6,67%; Assaí ON, que terminou com elevação de 7,61%; e Localiza ON, que fechou com

acréscimo de 4,41%.

Azzas 2154 ON valorizou-se 6,11%, tendo ainda no radar relatório do Citi, que aumentou o preço-alvo das ações para R\$ 52 e reiterou recomendação de compra/alto risco, citando que a relação risco versus retorno dos papéis permanece enviesada para cima.

BTG Pactual unit subiu 2,75%, melhor desempenho entre os bancos do Ibovespa, com Bradesco PN avançando 2,04%, Itaú Unibanco PN fechando com acréscimo de 0,79% e Santander Brasil unit em alta de 0,13%. Banco do Brasil ON cedeu 0,41%.

Petrobras PN subiu 0,73%, mesmo com o declínio dos preços do petróleo no exterior, onde o barril do Brent terminou negociado em baixa de 1%. A estatal informou na véspera que está considerando uma "potencial emissão de debêntures incentivadas" de até R\$ 3 bilhões.

PetzON recuou 4,15%, em meio a preocupações com maior escrutínio do Cade sobre a operação de fusão da companhia com a Cobasi. Nota técnica produzida pelo Departamento de Estudos Econômicos (DEE) do órgão antitruste citou riscos à concorrência, especialmente no segmento de varejo físico.

Vale ON cedeu 0,31%, conforme os contratos futuros do minério de ferro caíram pela terceira sessão consecutiva com novos rumores sobre cortes na produção de aço bruto na China. CSN Mineração ON caiu 5,8%, tendo ainda no radar downgrade de analistas do Morgan Stanley. (Reuters) %

"Vale ON cedeu 0,31%, conforme os contratos futuros do minério de ferro caíram pela terceira sessão consecutiva com novos rumores sobre cortes na produção de aço bruto na China. CSN Mineração ON caiu 5,8%, tendo ainda no radar downgrade de analistas do Morgan Stanley"

**Site:** <https://centraldoleitor.diariodocomercio.com.br>

# Plantio da esquerda para as safras de 2026 e 2030 - FERNANDO EXMAN

**FERNANDO EXMAN**

Fernando Exman é chefe da redação, em Brasília. Escreve às quartas-feiras

E-mailfernando.exman@valor.com.br

Pode-se dizer, com razão, que a campanha eleitoral de 2026 foi indevidamente antecipada. Em parte, o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva pode ser responsabilizado: ao levantar dúvida sobre a candidatura à reeleição, abriu a temporada de especulações e fomentou uma concorrência interna entre os ministros que disputam as senhas da fila sucessória. Na oposição, as discussões também ganharam corpo quando o ex-presidente Jair Bolsonaro foi declarado inelegível pela justiça Eleitoral. O jogo está aberto. Nos próximos dias, contudo, dois movimentos na esquerda podem ter desdobramentos em um horizonte ainda mais amplo, ou seja, o pleito de 2030.

O mais evidente ocorrerá entre sexta-feira e domingo, durante o congresso nacional do PSB, quando o prefeito do Recife, João Campos, será aclamado presidente do partido. A partir desse momento, ele ganhará status de líder nacional ao circular por Brasília, no meio empresarial e entre agentes do mercado.

Sim, João Campos persofinizará a continuação da autorreforma do Partido Socialista Brasileiro, concebida por Carlos Siqueira, que deixa a presidência da sigla para assumir a Fundação João Mangabeira. Ligada à legenda, a entidade é voltada à formação política e formulação cie políticas públicas.

Sim, ele também continuará sendo um jovem gestor de uma importante capital. E permanecerá sendo visto como representante da nova geração de uma família com longa tradição na política.

Mas passa a ser, a partir de domingo, o dirigente máximo de uma sigla com três governadores - Espírito Santo, Paraíba e Maranhão-, quatro senadores, 15 deputados federais e 312 prefeitos. Neste último caso, o maior número no campo progressista. Além, é claro, de ter ao seu lado o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, e de Márcio França no Ministério do

Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Recentemente, aliás, o PSB teve ainda a possibilidade de retornar ao Ministério de Ciência e Tecnologia, pasta hoje comandada pela ministra Luciana Santos (PCdoB) e que já foi dirigida por Roberto Amaral e Eduardo Campos, pai de João. Chegou-se a garantir a Lula que o PSB de Pernambuco e o grupo de Luciana Santos, que também é do Estado, se entenderiam. Porém, em meio às conversas sobre a **reforma ministerial**, o presidente não levou adiante a ideia.

Dentro do PSB, contudo, os planos para Campos têm começo, meio e fim. Eles preveem sua descompatibilização no ano que vem, quando disputará o governo de Pernambuco. Apresentando bons resultados nos anos seguintes, acredita-se então que seria natural a apresentação de seu nome como candidato a presidente da República em 2030.

Para tanto, também se pressupõe a necessidade de fortalecimento das bancadas do partido no Congresso, objetivo fundamental para obter o desempenho mínimo definido por lei e acessar um bom volume de recursos dos fundos partidário e eleitoral. Nesse sentido, ainda sob a condução de Siqueira, o PSB se reestruturou no Ceará. No Pará, está apostando no grupo político do prefeito de Ananindeua para puxar votos. Também está passando por reestruturação em Minas Gerais, Goiás e deve reforçar seu time em Alagoas, com o possível retorno do prefeito de Maceió, JHC, ao partido.

Isso sem falar nos Estados comandados pela legenda, onde se espera a eleição de pelo menos dois deputados federais em cada uma dessas unidades da federação. Em Sergipe, o vice-governador Zezinho Sobral está organizando a chapa.

Em outros Estados, a iminente federação com o Cidadania desempenharia papel estratégico nas eleições parlamentares do ano que vem. Isso se daria, por exemplo, no Amazonas, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

A expectativa é que o próprio João Campos conclua as articulações com o Cidadania. Elas foram conduzidas até agora pelo atual presidente do PSB, mas a avaliação é que ganhariam ainda mais

legitimidade e estabilidade se assinadas pela nova cúpula da sigla. Seu mandato será de pelo menos três anos.

As conversas podem ser retomadas com o PDT, embora não haja muito otimismo entre os correligionários de João Campos. Por outro lado, o que se descarta é uma federação com o PT.

Não restam boas lembranças das negociações para a realização de uma federação com os petistas. Acredita-se que o resultado seria um modelo em que as decisões estratégicas ficariam nas mãos do PT, que nos últimos dias voltou a insinuar que a ampliação de sua federação atual com PV e PCdoB, abarcando também PSB e PDT, seria uma forma de se contrapor à recente federação anunciada por União Brasil e PP.

O outro importante movimento se dará com a também iminente nomeação do deputado Guilherme Boulos (PsoI-SP) para a Secretaria-Geral da Presidência da República. Sacramentada sua posse, o parlamentar estará sinalizando que não deve concorrer a nenhum cargo eletivo no ano que vem. Será fundamental para reaproximar o Planalto dos movimentos sociais agora, visando a campanha de 2026. Mas tem, também, tudo para ser um dos personagens que disputarão o espólio político de Lula em 2030.

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188214?page=18&section=1>**